

Sob a presidência do senador Humberto Lucena, a Comissão da Reforma Político-Partidária (foto) aprovou ontem o fim dos dois turnos nas eleições de governadores e de prefeitos, já em 1998, mas manteve a eleição em dois turnos para presidente da República. A proposta será submetida ainda à Comissão de Justiça do Senado, antes de ser apreciada pelo plenário. Página 8



Mudanças na Lei das S/A protegem pequenos acionistas

O plenário do Senado aprovou ontem mudanças na Lei das Sociedades Anônimas e na lei que criou a Comissão de Valores Mobiliários, as quais vão facilitar os processos de privatização, proteger mais os acionistas minoritários e aumentar o poder de fiscalização e as multas aplicadas pela CVM. As multas poderão chegar a R\$ 500 mil. O projeto, aprovado antes pelos deputados, será encaminhado à sanção presidencial.

O senador José Serra (PSDB-SP), relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos, enumerou em plenário as principais mudanças. Entre elas está a ampliação dos direitos de quem tem ações preferenciais (sem direito a voto). Com a alteração, os dividendos dos acionistas detentores dessas ações passam a ser de valor 10% maior que os dividendos distribuídos a quem tem ações ordinárias (com direito a voto).

Outra mudança considerada importante prevê que os acionistas preferenciais passarão a ter competência para a convocação de assembléia geral e da assembléia de instalação do conselho fiscal.

Senado aprova estímulo à pesquisa agrícola

Lei de Cultivares, que prevê certificado de proteção a novas sementes e plantas, é uma versão da Lei de Patentes para o campo

O plenário do Senado aprovou ontem projeto que institui a chamada Lei de Proteção de Cultivares, que autoriza o governo a conceder certificado de proteção a toda nova semente ou planta. Com a lei, o pesquisador ou empresa de pesquisa que desenvolver uma nova semente terá o direito de produzi-la para venda durante 15 anos. Se for uma planta frutífera, a proteção será por 18 anos. O projeto, no entanto, permite que pequenos produtores reproduzam a nova semente ou planta para uso próprio.

- Essa lei vai ajudar em muito a agricultura brasileira, pois

permitirá o lançamento de novas sementes, mais produtivas e mais resistentes a doenças - afirmou o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. "Haverá um grande estímulo às pesquisas", completou Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator na Comissão de Educação.

Para o senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Lei de Proteção de Cultivares, que, em razão de alterações feitas pelo Senado, voltará ao exame dos deputados, complementa a Lei de Patentes. Destacou que o Brasil tem apenas até o dia 29 deste

mês para aderir à convenção de 1978 da União Internacional para Proteção de Obtenções Vegetais (UPOV). Caso contrário, o agricultor pagará mais caro pelas sementes protegidas por certificado.

Jonas Pinheiro informou ao plenário, ao defender o projeto, que vários pesquisadores e empresas de pesquisas conseguiram sementes mais produtivas e mais resistentes a doenças, mas não têm coragem de comercializá-las no Brasil, por causa da pirataria. Com a nova lei, essas sementes poderão estar à disposição dos agricultores com rapidez.

Marina Silva (PT-AC), apesar de reconhecer que os relatores aceitaram muitas emendas de parlamentares de oposição, recomendou voto contrário, argumentando que o Brasil não precisa aderir à convenção de 1978 da UPOV. No final, o projeto foi aprovado com votos contrários de quase todo o Bloco Oposição.

NESTA EDIÇÃO

Senadores comentam decisão do STF

Página 3

Cabral lança livro com legislação sobre a água

Página 5

Suassuna busca maior rapidez no Orçamento de 98

O senador Ney Suassuna (PMDB - PB) apelou aos membros do Congresso Nacional e ao Executivo para que o Orçamento Geral da União do ano vindouro seja o mais próximo possível da realidade. Segundo o senador, o fato de o Orçamento ter sido, até agora, apenas autorizativo e não deliberativo, mostra que ele "sempre foi mais ficção que realidade".

- Nunca teremos um orçamento sério, real, enquanto este não for deliberativo. E nós, senadores e deputados, devemos agir junto ao Executivo para que o Orçamento seja enviado ao Congresso o mais cedo possível - frisou.



Suassuna

CCJ examina emenda que uniformiza prazo de prescrição de direitos

A Proposta de Emenda Constitucional nº 64, que uniformiza o prazo de prescrição de ações trabalhistas entre trabalhadores rurais e urbanos, voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise de emenda apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Para o senador petista, ao fixar a imprescritibilidade das ações contra empregadores rurais, os constituintes deveriam em conta as profundas diferenças entre trabalhadores urbanos e rurais, intenção que o senador pretende manter.

Segundo o senador Osmar Dias (PSDB-PR), autor da

proposta, o dispositivo constitucional tencionava beneficiar os trabalhadores rurais, mas, de fato, transformou-se em fonte de desemprego. "Inseguros com o amontoado de ações trabalhistas, os empregadores passaram a ocupar mão-de-obra avulsa", disse.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a proposta de emenda à Constituição que estabelece novos critérios para edição e apreciação de medidas provisórias pelo Poder Executivo será votada na próxima quarta-feira, dia 16.

ACM discorda de compras sem licitação

Indagado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou em plenário que se manifestou contrário a uma compra, sem licitação, pretendida pelo Ministério da Aeronáutica. A posição de ACM foi apresentada em reunião do Conselho de Defesa Nacional.

Conforme nota na coluna *Brasil* - DF, do *Correio Braziliense* de ontem, o Ministério da Aeronáutica pretendia comprar material para reequipar aviões F-5, no valor de R\$ 200 milhões.

Suplicy solicitou ainda a ACM que esclarecesse a destinação de dinheiro para funcionamento da CPI dos Precatórios. "Se for necessário, eu, em nome da Mesa do Senado, propiciarei os recursos necessários, dentro do processo de racionalidade", disse.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

PLENÁRIO

Segunda-feira (14.04.97)

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Terça-feira (15.04.97)

11h - Sessão Especial

Pauta: Homenagem ao centenário da Academia Brasileira de Letras.

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Requerimento nº 217/97, que solicita a designação de comissão para representar o Senado no III Encontro Empresarial das Américas e na III Reunião de Ministros de Comércio das Américas; e *Projeto de Resolução nº 39/97, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo destinada ao financiamento do projeto de duplicação da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.

Quarta-feira (16.04.97)

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDL nº 110/96, que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América; *PDL nº 12/97, que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, celebrado entre o Brasil e a Argentina; *PDL nº 17/97, que aprova o texto do Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites de Recursos Terrestres, celebrado entre o Brasil e a China; e votação em primeiro turno das *PECs nºs 1, 4, 11, 20, 65/95 e 7/97 (tramitam em conjunto), que tratam da adoção de medidas provisórias.

Quinta-feira (17.04.97)

14h30 - Agenda em aberto

Sexta-feira (18.04.97)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (15.04.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão e votação da *PEC nº 04/97, que trata da reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; e *PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (16.04.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; e *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com a participação do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Paulo Geraldo de Oliveira Medina, sobre o efeito vinculante de decisões sumuladas do STF. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Discussão geral sobre o plano de trabalho para o biênio 97/98. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Líderes decidem critérios para a TV Senado

Com a alegação de que o assunto pode ter uma conotação política, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, transferiu ontem às lideranças partidárias a decisão sobre requerimento de informações dirigido à Mesa pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), referente a transmissão, pela TV Senado, de conversas preliminares de senadores antes do início oficial da reunião do último dia 4 da CPI dos Precatórios.

O requerimento foi motivado por notícia do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o episódio. Távola quer saber se há fita gravada da reunião, se a Mesa examinou o teor das conversas preliminares e em que termos elas foram desenvolvidas. Caso não exista fita, o senador pede que uma cópia seja solicitada ao jornal.

CPI DOS PRECATÓRIOS

ACM defenderá posição do Senado junto ao Supremo

Liminar que garante sigilo de ex-funcionário suspeito de lucrar com esquema de comercialização irregular de títulos repercute na Casa

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, enfatizou ontem que cumprirá com os deveres de seu cargo, adotando todas as medidas necessárias à defesa dos direitos da instituição, inclusive quanto à quebra de sigilo, "para que não percamos um direito que é nosso". Ele fez o comentário ao tomar conhecimento da decisão do Supremo Tribunal Federal de conceder liminar em *habeas corpus* impetrado pelo ex-funcionário da prefeitura de São Pau-

lo Pedro Neiva Filho, sob investigação da CPI dos Precatórios.

Antonio Carlos disse que vai agir de acordo com o presidente da CPI, Bernardo Cabral: "Vou examinar as implicações jurídicas e saber se o presidente da CPI tem algum argumento, ele próprio que é jurista, ou se quer o apoio de outros advogados na causa".

Resvallando que ainda não conhecia em detalhes o teor da decisão, o senador ressaltou que, como não se trata de pronuncia-

mento definitivo, há espaço para a defesa da posição do Senado. Ele garantiu que a Casa prestará os esclarecimentos necessários "para, quem sabe, seja modificada a decisão do Supremo".

Antonio Carlos ressaltou que agirá na condição de presidente da instituição, preservando as prerrogativas do Senado.

- A mim cabe defender a instituição e o direito do Senado de tomar algumas providências em relação a, inclusive, quebra de sigilo - afirmou.

Decisão é recebida por senadores com serenidade

Os senadores integrantes da CPI dos Precatórios reagiram com serenidade à liminar concedida pelo ministro Carlos Mário Velloso em *habeas corpus* impetrado pelo ex-funcionário da prefeitura de São Paulo Pedro Neiva. Suspeito de integrar o grupo que lucrava na emissão de títulos por estados e municípios para o pagamento de precatórios, Neiva requereu *habeas corpus* para não ter quebrado seu sigilo telefônico, com a alegação de que este é "um direito relativo à intimidade".

- Ainda não vi a decisão do ministro, mas nossa reação é serena. Corre entre os senadores da comissão que, se Pedro Neiva impetrou esse *habeas corpus*, é porque receia muito a ação da CPI. Quem não deve não teme - comentou o presidente da comissão, Bernardo Cabral

(PFL-AM).

Para o relator da CPI, Roberto Requião (PMDB-PR), a comissão dispõe de poderes de uma câmara de investigação criminal e, se esse poder lhe for retirado, ela deixa de ser uma CPI, posição endossada por Roberto Freire (PPS-PE). Na opinião de Freire, a medida liminar será revogada pelo plenário do Supremo, garantindo às CPIs a faculdade de quebrar o sigilo telefônico. Geraldo Melo (PSDB-RN) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também lembraram tratar-se apenas de uma liminar, que poderá ser confirmada ou não quando for examinado o mérito da questão. Josaphat Marinho (PFL-BA) alertou: "Quando se trata de decisão da alta corte de Justiça é preciso prudência em qualquer comentário, para resguardar o tribunal e a própria Constituição".

Tuma critica "os que tentam desmoralizar"



Tuma

Roméu Tuma (PFL-SP) criticou ontem aqueles que tentam desmoralizar os trabalhos da CPI. Para ele,

"ao invés de procurar destruir o investigador, auxilia quem colabora para a identificação dos responsáveis por falcatruas". Ele ressaltou o apoio que a comissão tem recebido do presidente do Senado e a harmonia existente entre os integrantes da comissão.

Tuma disse que a CPI permitiu a identificação de dezenas de "empresas de fachada" e suas operadoras no mercado financeiro, e esclareceu o esquema de compra dos títulos públicos pelos fundos de pensão e bancos, além do mecanismo utilizado para a entrada e saída do dinheiro do país. Ramez Tebet (PMDB-MS), em aparte, apoiou o discurso de Tuma.

Valadares contesta opinião de FHC sobre CPI dos bancos



Valadares

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que a CPI dos bancos, por ele proposta e que não chegou a ser instalada, tinha

por objetivo "dar um parapeito às fraudes praticadas anos a fio pelas grandes bancas".

Ele lamentou que o presidente da República, em "entrevista inoportuna e desconcertante" à revista *Veja*, tenha avaliado que os defensores da CPI buscavam atingir seu governo. Segundo Valadares, a revelação, naquela época, de que pelo menos 75% das operações de crédito do Banco Nacional eram fictícias, justificavam a CPI.

Suplicy comenta entrevista publicada pela revista *Veja*



Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem surpresa quanto às declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso em favor

da constituição de uma CPI do sistema financeiro, afirmando que o presidente havia obstruído tentativa do Congresso nesse sentido, no ano passado.

Suplicy se referiu a entrevista concedida pelo presidente à revista *Veja* desta semana, na qual Fernando Henrique alega que, naquela ocasião, não havia motivos concretos para a CPI, além do objetivo de prejudicá-lo, e aponta para a inexistência de investigação específica de crimes no sistema financeiro na época.



Jefferson Peres

Para Jefferson, Parlamento deve apoiar mudanças

"As maiores esperanças de modernização e crescimento do país estão hoje depositadas na figura de Fernando Henrique Cardoso", afirmou o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), parafraseando o sociólogo Alain Touraine, no prefácio do livro *Le Brésil du Possible*, da escritora francesa Brigitte Hersant-Leóni sobre a vida do presidente do Brasil. A obra será lançada em julho na França, segundo informou o senador.

Jefferson Peres disse concordar com Touraine e conclamou os congressistas a participar "dessa oportunidade histórica", votando com brevidade tanto as reformas constitucionais que tramitam no Congresso como as privatizações e concessões de serviços públicos. "As hesitações, procrastinações que até o momento têm marcado o processo de reformas estruturais são o cerne das dificuldades que desvirtuam os anseios legítimos da maioria da população", afirmou.

Na opinião do senador, o presidente da República não é, como afirmam seus opositores, o "sociólogo de ontem que hoje prega uma política de globalização". A seu ver, como sintetizou Alain Touraine no citado prefácio, "Fernando Henrique pode ser entendido por três etapas da sua vida: a do sociólogo da dependência e do desenvolvimento, a do defensor da democracia contra o autoritarismo e a do ministro e presidente".

Indústrias de base prestam homenagem a Antonio Carlos

Abdib reconhece apoio do presidente do Senado ao processo de reformas constitucionais e modernização do país

No dia 14 de maio, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib) prestará, em Brasília, uma homenagem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em reconhecimento ao apoio que o senador vem dando ao processo de reformas constitucionais e modernização do país. A informação é do presidente da associação, José Augusto Mar-



Diretores da Abdib conversam com o presidente do Senado

ques, que foi recebido ontem pelo senador.

Segundo José Augusto Marques, o presidente do Senado manifestou satisfação com as perspectivas de engajamento

dos empresários nos setores básicos de infra-estrutura e com o otimismo gerado a partir das definições do Legislativo em torno dos órgãos reguladores.



Parlamentares neozelandeses são recebidos por ACM

Neozelandeses querem estreitar laços com Brasil

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem delegação de parlamentares da Nova Zelândia, tendo à frente Hon Doug Kidd, presidente do Legislativo daquele país. O chefe da missão destacou o interesse neozelandês em estreitar relações com os países do Mercosul, e em particular com o Brasil. Ele anunciou para junho a vinda dos ministros das Relações Exteriores e da Indústria e Comércio, para dar consequência prática a esse objetivo político e econômico.

Antonio Carlos reportou-se ao conjunto de reformas constitucionais já aprovadas pelo Congresso e aos refle-

xos positivos dessas mudanças na atração de investimentos estrangeiros para a economia nacional. O presidente do Senado acentuou, também, o esforço de valorização do Parlamento brasileiro e sua preocupação com a necessária harmonia entre Legislativo e Executivo, a fim de se avançar com mais eficiência no trabalho de modernizar o país e reduzir o gigantismo do Estado.

Antonio Carlos reafirmou sua convicção de que as mudanças destinadas a modernizar o país incluirão, além das reformas administrativas e previdenciárias, revisões importantes nos campos tributário e político.

Bianco destaca visita de FHC a Porto Velho

O senador José Bianco (PFL-RO) anunciou ontem a viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso



José Bianco

a Porto Velho, amanhã (dia 12), para a inauguração do terminal graneleiro da capital de Rondônia. O porto integra o sistema de transporte dos rios Madeira e Amazonas.

Na opinião de Bianco, o aproveitamento do potencial hidroviário entre Porto Velho e Itacoatiara (AM) "se constituiu na redenção da economia, não apenas para Rondônia e estados vizinhos, mas também se projeta na grande perspectiva de profundas transformações econômicas para toda a região".

- A Amazônia Ocidental passa a ter, a partir de agora, maior atenção das autoridades federais no tocante a créditos agrícolas e também para a agroindústria - disse.

Ronaldo ressalta êxito da educação na Paraíba



Ronaldo

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) saudou o êxito do programa educacional do governo da Paraíba, demonstrado pelos dados sobre analfabetismo da Fundação IBGE e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Segundo ele, o projeto "Chamada Escolar" ofereceu plenitude de vagas para a população em idade escolar e deu prioridade à educação de jovens.

De acordo com Ronaldo Cunha Lima, a taxa de analfabetismo na Paraíba, entre 1991 e 1995, caiu de 30,4% da população para 17,3%, sendo que, no campo, a taxa baixou de 45,7% para 26,7%. "Esses resultados são originários de um trabalho que tinha, no campo social, uma meta prioritária", salientou.

Benedita defende novas conquistas para domésticos

Benedita da Silva (PT-RJ) refutou ontem críticas a projeto de lei de sua autoria, sobre o empregado doméstico, feitas pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Domésticos, Antônio Ferreira Barros.

Ela reconheceu que o projeto não atende a todas as reivindicações da categoria, mas lembrou ser ele fruto de trabalho com os sindicatos da categoria. Para a senadora, o sindicalista desconhece como se dão os acordos políticos para a aprovação de projetos. Benedita reafirmou sua disposição de luta em torno de novas conquistas para os domésticos com novo projeto seu que se encontra em tramitação na Câmara.



Benedita



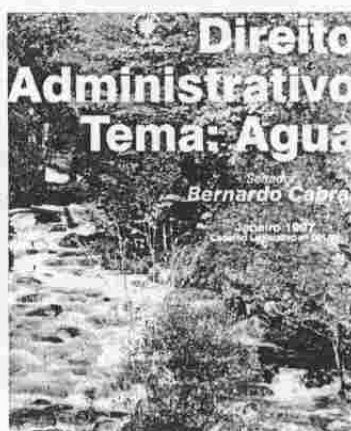
Antonio Carlos destacou a obra de Cabral como de importância especial para os nordestinos

Cabral lança livro com toda a legislação do país sobre a água

Congresso está "mais uma vez na vanguarda da coleta de informações", diz a ministra interina do Meio Ambiente

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lançou ontem, na Biblioteca do Senado, o livro *Direito Administrativo - Tema: Água*, como parte do projeto Quintas Culturais, promovido pela biblioteca. Com 668 páginas, o livro contém toda a legislação brasileira referente ao uso da água - dispositivos da Constituição, leis, decretos, portarias -, além de tratados internacionais sobre o assunto.

O evento contou com a presença do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, do governador do Amazonas, Amazonino Mendes, da ministra interina do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Aspásia Camargo, e dos senadores José Sar-



Obra inclui tratados internacionais

ney (PMDB-AP), Geraldo Melo (PSDB-RN), José Roberto Arruda (PSDB-DF), José Agripino (PFL-RN), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Sérgio Machado (PSDB-CE).

Bernardo Cabral afirmou que a publicação não tem finalidade comercial, tratan-

do-se de "um presente do Senado Federal" aos estudiosos do problema do uso da água. Segundo o senador, o ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal considerou o livro "a obra mais completa sobre o tema".

Por sua vez, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, destacou que a obra é um elemento a mais para o conhecimento de um assunto muito importante para o país, principalmente para os nordestinos. A ministra interina Aspásia Camargo elogiou a parceria entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, ressaltando que o Congresso Nacional está "mais uma vez na vanguarda de coleta de informações". Já o governador Amazonino Mendes considerou que a água será a maior riqueza do Brasil no século XXI.



Roberto Freire

Freire sugere exigências para lotes urbanos

Com o objetivo de impedir o uso especulativo de terrenos urbanos, o senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou projeto de lei atribuindo aos municípios o direito de exigir do proprietário o adequado aproveitamento de terreno urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.

Segundo a proposição, no caso de o proprietário infringir essa exigência, o terreno estará sujeito a parcelamento ou edificação compulsórios, imposto predial e territorial urbano progressivo e, finalmente, desapropriação.

Roberto Freire esclarece que a proposição regulamenta o dispositivo constitucional que introduz mecanismos por meio dos quais os municípios possam dirigir o desenvolvimento da cidade. A seu ver, a existência de terrenos ociosos nas áreas urbanas é um dos problemas mais comuns enfrentados pelos poderes públicos municipais, especialmente nas grandes cidades:

- Esses terrenos freqüentemente são mantidos vazios, por seus proprietários, para fins de especulação - disse o senador, acrescentando que os especuladores guardam a valorização do terreno, em decorrência da melhoria da infra-estrutura e dos serviços de saneamento, eletricidade e transportes públicos, promovida pelo poder público.

Simon propõe que os militares façam rodovias e ferrovias

Os batalhões de engenharia e construção e os batalhões ferroviários, do Exército, serão responsáveis pela execução direta de estradas e ferrovias federais, nas regiões em que existam essas unidades militares, se apro-



Pedro Simon

vado projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS). O objetivo da medida é minimizar os custos das obras públicas de engenharia e aproveitar "a experiência histórica e o conhecimento técnico" acumulados por esses batalhões.

Conforme o projeto, que acrescenta dispositivos à Lei de Licitação e Contratos, o Ministério do Exército será

previamente consultado sobre a viabilidade de executar qualquer obra, e somente quando a resposta for negativa será permitida licitação.

Pedro Simon justifica a proposta afirmando que os batalhões ferroviários construíram, até setembro de 1996, pelo menos 3.500 km de estradas de ferro, integrando regiões e abrindo fronteiras. Os de engenharia e construção foram responsáveis pela implantação de 11.400 km de rodovias e de 1.800 km de estradas vicinais, além da pavimentação de 5.000 km de estradas e da conservação de outros 6.500 km, acrescenta o senador.



Edison Lobão

Lobão destaca municipalização da saúde no país

A política de municipalização da saúde anunciada pelo presidente da República foi destacada, pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), como uma das formas de resolver a questão da saúde no Brasil. O senador acha que a administração de Fernando Henrique pode encontrar soluções definitivas para o problema.

Depois de lembrar a decisão do presidente de dar absoluta prioridade à questão da saúde no país, em 1997, Lobão disse que, com Carlos César de Albuquerque à frente do ministério, "ampliam-se as perspectivas de que a execução de tal diretriz realmente se efetivará, pois não faltarão talento, dinamismo e vontade política para levar adiante um compromisso tão vinculado ao futuro do nosso país".

Edison Lobão, que lembrou a comemoração do Dia Mundial da Saúde na última segunda-feira (dia 7), afirmou que os problemas da área se multiplicam em todo o Brasil, a começar pela falta de saneamento, criando focos de doença nos quais nascem e tentam criar-se crianças carentes.

- O Brasil não pode mais conviver com o espetáculo de miséria que, mesmo nos grandes centros, se transforma em caldo de cultura para a explosão de doenças que matam ou invalidam crianças e adultos que tanto teriam ainda a oferecer - observou.

Jucá comunica liberação de verbas para Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) informou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso vai liberar hoje, em Roraima, recursos para complementar a pavimentação da BR-174, que liga Manaus à fronteira com a Venezuela. "A saída para a Venezuela é altamente estratégica para a região", disse.

Romero Jucá destacou que o presidente, nessa sua visita a Roraima, vai também assinar os editais de licitação para as obras de transporte de energia, da hidrelétrica de Curí, na Venezuela, para a capital do estado, Boa Vista. "Isso resolverá o grave problema de energia elétrica na cidade", observou.

- São atos da maior impor-



Romero Jucá

tância para viabilizar o desenvolvimento de Roraima e da Amazônia Central - afirmou Jucá.

A visita do presidente Fernando Henrique à região Norte foi saudada, em apertes, também pelos senadores Jefferson Peres (PSDB-AM), Ney Suassuna (PMDB-PB), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e José Bianco (PFL-RO).

Bolívia dá mais um passo rumo ao Mercosul

A Bolívia obteve ontem a aprovação, pela Comissão de Relações Exteriores do Senado (CRE), do acordo de complementação econômica firmado entre aquele país e o Mercosul durante reunião dos países-membros realizada em Fortaleza, em dezembro do ano passado.

A matéria recebeu parecer favorável de Carlos Wilson (PSDB-PE), que destacou a contribuição do acordo para o aperfeiçoamento do processo de integração continental, lembrando que o Chile foi admitido no Mercosul por meio de protocolo similar.

A comissão aprovou também projeto que regulamenta a cessão de uma companhia de infantaria do Exército para prestar serviços à Operação de Paz das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz). A matéria recebeu parecer favorável de Romeu Tuma (PFL-SP).

Foram aprovados, ainda, mais oito projetos e duas mensagens do Executivo. Entre os projetos, destaca-se a aprovação do acordo para a construção da ponte que liga a cidade argentina de Santo Tomé a São Borja (RS), celebrado entre a Argentina e o Brasil em 1995. A proposição foi relatada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que ressaltou o empenho do então presidente da República José Sarney para a viabilização da ponte.

Também foram acolhidas as indicações dos nomes dos diplomatas Oto Agridino Maia, embaixador do Brasil na África do Sul, e Affonso Celso de Ouro-Preto, embaixador na Áustria, para acumularem os cargos de embaixadores junto à República de Maurício e à República Eslovaca, respectivamente. As matérias aprovadas pela CRE dependem agora de apreciação do plenário.



O senador Abdias Nascimento (C) lembrou a dívida histórica que o Brasil tem com os angolanos

CRE apóia novo governo de reconciliação em Angola

Iniciativa de Abdias Nascimento saúda o fim da "luta fratricida" naquele país e tem o apoio do presidente da comissão, José Sarney

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem requerimento do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) propondo que o Senado apresente voto de congratulações ao Governo de Unidade e Reconciliação de Angola, que será instalado hoje.

Abdias informou que à solenidade estarão presentes o secretário-geral da ONU e outros líderes africanos. Para o senador, o novo governo significa o fim da luta fratricida que, por décadas, dizimou vidas e causou grandes prejuízos àquele país. Ele lembrou as ligações do Brasil com Angola e a influência que o povo daquele país



Sarney: ações a favor da paz

exerceu sobre a cultura nacional.

- A dívida do Brasil com Angola é muito grande e difícil de pagar. Foi de lá que os portugueses trouxeram os primeiros negros para a escravidão e para colonizar o Brasil - lembrou Abdias Nascimento. A seu ver, o presidente da República acertou ao nomear o diplomata Ivan

Canabrava para representar o Brasil na solenidade de instalação do novo governo angolano. Conforme acentuou, Canabrava conhece em profundidade as questões de Angola.

O senador José Sarney congratulou o autor do requerimento, lembrando que, durante seu mandato na Presidência da República, sempre prestigiou ações a favor da paz e do desenvolvimento de Angola. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) ressaltou a importância de o Brasil se voltar para Angola, "onde tem o respaldo popular devido à colaboração que sempre prestou ao país africano". O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também elogiou a iniciativa de Abdias Nascimento.

"Brasil tem tecnologia para reconstrução"

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) disse ontem que o Brasil precisa contribuir para o processo de recuperação de Angola, país africano que teve sua infra-estrutura arruinada por anos de guerra civil.

Para o senador, o Brasil tem *know-how* e tecnologia que podem ser úteis na reconstrução de Angola, que sinaliza

um período de paz com a posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, marcada para hoje. Ele afirmou que o novo governo angolano deve retomar as obras da barragem da hidrelétrica de Capanda - paralisadas pelos guerrilheiros -, que contava com financiamento e técnicos de uma empresa brasileira. Para Abdias, a barragem deve

resolver as necessidades de energia para a recuperação do país.

- Os laços que nos unem àquele país vão muito além da solidariedade genérica entre povos distantes. Somos, brasileiros e angolanos, muito próximos, seja do ponto de vista geográfico, seja do ponto de vista cultural, humano e até mesmo sanguíneo - disse.

Comissão acolhe fim da eleição em dois turnos

Decisão, que ainda será submetida à CCJ, mantém, no entanto, a regra na disputa para presidente da República, segundo a proposta do relator Sérgio Machado

Por sete votos a dois, a Comissão da Reforma Político-Partidária, presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), aprovou ontem o fim dos dois turnos nas eleições de governadores e de prefeitos, já em 1998, mas manteve a eleição em dois turnos para presidente da República. A decisão será submetida, ainda, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Conforme a proposta do relator Sérgio Machado (PSDB-CE), será considerado eleito presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver 45% dos votos, não computados os em branco e os nulos, ou pelo menos 40% e diferença igual ou superior a 15 pontos percentuais em relação ao segundo colocado, cumulativamente. Se nenhum candidato atingir tal votação, será feita nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

De acordo com dispositivo aprovado em reunião anterior, o primeiro turno da eleição presidencial acontecerá no primeiro domingo de outubro, e o segundo turno, no último domingo do mesmo mês.



Humberto Lucena preside a reunião da Comissão da Reforma Político-Partidária

Mudança gera debate entre senadores

O debate sobre a proposta do relator Sérgio Machado de manter a eleição em dois turnos apenas para presidente da República ocupou todo o tempo da reunião da Comissão da Reforma Político-Partidária realizada ontem. Sérgio Machado afirmou que a prática do segundo turno tem sido inócua nos municípios e estados, sem grandes alterações da vontade do eleitor.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apoiou a proposta do relator, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o segundo turno na eleição de governador e prefeito. José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que a ado-

ção dos dois turnos aprimorou o sistema político e Jader Barbalho (PMDB-PA) afirmou que a eleição em dois turnos não fortalece os partidos.

Já o senador José Fogaça (PMDB-RS) destacou que os dois turnos estimulam a chamada micropulverização política, enquanto Emília Fernandes (PTB-RS) afirmou que o segundo turno possibilita aos eleitores o conhecimento de novas lideranças. Francelino Pereira (PFL-MG) disse que o segundo turno é a oportunidade de extorsão eleitoral - "o que se quer é a indenização dos gastos da campanha" - e Freitas Neto (PFL-PI) manifestou-se de acordo com o relator.

Também foi a favor do relator o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para quem a eleição em segundo turno é "uma porta aberta à corrupção". José Serra (PSDB-SP), por sua vez, disse que o país viveu muito pouco tempo essa experiência para que sejam feitas modificações na forma da eleição.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a redução do espaço entre um turno e outro. Humberto Lucena considerou um retrocesso a extinção dos dois turnos para prefeito e governador e o senador Romero Jucá (PIL-RR) apoiou o parecer de Sérgio Machado.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, LÚDIO COELHO E CARLOS PATROCÍNIO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -
 Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Matos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sergio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Vareia

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.